



Sintsep-GO realiza seu 9º Congresso e intensifica mobilização para 2012

Pg. 03

Que venha 2012!

A Família Sintsep-GO lhe deseja um feliz natal e um próspero ano novo, cheio de lutas e conquistas.



Mais um ano se finda e 2011, assim como os anos anteriores, para o movimento sindical foi uma ano pleno de lutas, garra, suor, esperança, desesperança, alegrias, tristezas, certezas, incertezas, derrotas e vitórias... Sim, isso mesmo: vitórias! Pois apesar dos pessimistas de plantão, aqueles do “quanto pior melhor”, que transformam o movimento sindical em luta partidária – que utilizam o movimento em benefício próprio – tornando-se às vezes perenes em seus cargos... Apesar de todos eles, e do governo que nós elegemos – por acreditar que nos representaria –, ter-nos abandonado a própria sorte, e até ousaria dizer, ter nos traído, apesar de tudo isso o movimento sindical dos servidores públicos federais continua firme e forte, liderado pela CONDSEF, e pelos sindicatos a ela filiados – dentre eles o SINTSEP/GO.

Fazemos essa afirmativa porque foi nossa Confederação que, no início deste ano, buscou unificar a luta dos servidores federais; conseguiu aglutinar cerca de trinta entidades nacionais e até mesmo algumas centrais. Foi essa unidade que nos permitiu pela primeira vez na história realizar um grande ato na Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF), um ato que reuniu aproximadamente 15 mil trabalhadores no serviço público federal, no mês de fevereiro, e nos assegurou a possibilidade de reabrir as negociações com o governo, que se encontravam paralisadas.

Foi também essa unidade que permitiu a realização de mais três grandiosos atos em Brasília, seminários, audiências públicas, no Senado e na Câmara, e mesmo audiências públicas mistas. Foram ainda essas lutas que nos proporcionaram algumas vitórias, não tão grandiosas, mas assim mesmo vitórias, que estão contidas em sua maioria no PL 2.203, como os aumentos no PGPE e PST, mesmo que na gratificação; a progressão funcional de diversos órgãos; a criação de gratificação específica para servidores do INMET; a assinatura de Termo de Acordo onde o governo se compromete a continuar as negociações relativas aos diversos órgãos que fazem parte de nossa base e também garantindo que promoverá a isonomia na estrutura salarial do Executivo.

No entanto, sabemos que o caminho a percorrer no ano de 2012 será talvez mais tortuoso que o percorrido em 2011. E nós, do SINTSEP/GO, mais uma vez liderados pela CONDSEF, estamos preparados para o enfrentamento. Tanto é que, no processo negocial com o governo, já foi dito que aguardaremos uma resposta às nossas reivindicações até o mês de março; não vamos esperar que o governo dê os rumos do processo de negociação! Para isso, já em fevereiro estaremos promovendo um grande ato em Brasília; nos meses de janeiro e fevereiro começaremos a mobilização de todos os trabalhadores no serviço público federal para que - caso seja necessário, de acordo com a resposta do governo à nossa pauta e o possível não cumprimento do termo de acordo - na plenária da CONDSEF, em abril, possamos dar início a uma grande greve, a partir da terceira semana do mesmo mês.

Por tudo isso companheiros(as), o SINTSEP/GO, conta com todos(as) seus filiados(as) para que possamos juntos demonstrar ao governo que continuamos unidos e mais fortes do que nunca, dispostos aos enfrentamentos que se fizerem necessários.

PAINEL GERAL

Aposentadoria Integral

Foi aprovada no dia 14 dezembro, no plenário da Câmara dos Deputados, por unanimidade, a PEC 270/08. De autoria da deputada Andréia Zito, a proposta garante paridade aos servidores federais, estaduais e municipais aposentados por invalidez permanente. Sintsep-GO e Condsef comemoram essa justa vitória dos trabalhadores que, após segunda votação na Câmara, seguirá para o Senado. São altas as expectativas de que finalmente os servidores aposentados por invalidez terão seu direito assegurado.

MTE

No último dia 14 de dezembro, Condsef foi recebida pelo coordenador de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho (MTE), Luiz Eduardo Lemos, e o secretário-executivo substituto, Nilton Fraiberg, na primeira reunião para tratar demandas dos servidores administrativos do MTE após a saída do ministro Carlos Lupi. Na oportunidade a Condsef buscou informações para uma série de reivindicações pendentes. Entre elas a extensão da jornada de 6 horas diárias com turno ininterrupto de 12 horas para o atendimento das Secretarias Regionais do Trabalho (SRTEs), gerências e agências. A informação dos representantes do MTE é de que as solicitações para adesão da jornada estão a cargo das regionais nos estados (Goiás já foi contemplado). A Confederação vai enviar ao RH do ministério uma exposição de motivos para que a jornada seja estendida e haja sua homologação em todo o Brasil. No encontro, a Condsef solicitou ainda a revogação da Portaria 2551/90 – a fim de garantir o direito dos trabalhadores à participação em suas atividades sindicais e melhores condições de trabalho.

INPI

Também no dia 14, Condsef participou de reunião na Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento que marcou a retomada do processo de negociações com servidores do INPI. A retomada acontece após operação padrão feita pelos trabalhadores para pressionar o governo a atender demandas emergenciais da categoria. A SRT informou que há disposição do governo em negociar a pauta do setor, mas que toda demanda envolvendo tabela remuneratória terá que ser negociada visando orçamento de 2013. Isso porque não há condições legais para incluir alterações que levem em conta o orçamento de 2012 já que o prazo para isso acontecer terminou em 31 de agosto. A respeito da publicação de decreto que regulamenta gratificação de qualificação (GQ) a SRT destacou que ainda não há previsão para que isso ocorra já que são necessárias intervenções de outros setores do governo.

Saúde Indígena

Ao final de dezembro, Condsef participou da última reunião deste ano do grupo de trabalho (GT) de Saúde

Indígena. O próximo encontro deve acontecer ainda em janeiro. O prazo para conclusão de negociações que estão em curso é março de 2012. A reunião desta semana continuou o debate sobre carreira e estrutura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Alguns temas já possuem definição prévia como é o caso da gratificação dos trabalhadores da saúde indígena. Uma gratificação seria destinada a todos os trabalhadores do setor incluindo Sesai, DSEIs, Pólos Base e os que se deslocarão para aldeias. Outra gratificação deve ser criada apenas para os servidores que ficarão lotados em áreas de difícil acesso. Assim, a estrutura remuneratória da categoria deverá ser composta por vencimento básico, uma gratificação já existente, a GDPST, a gratificação de atividade para todos (Gasin) e a de deslocamento (GD) conforme lotação do servidor.

Saúde

Reunião extraordinária da Mesa Nacional de Saúde, da qual participaram Condsef, Fenasps e CNTSS, além de representantes do governo, teve como objetivo definir parâmetros da estrutura remuneratória para servidores da Funasa e Ministério da Saúde (MS). Representantes dos servidores e do MS conseguiram chegar a um consenso e assinaram protocolo com a proposta que será enviada pelo ministro Alexandre Padilha à ministra do Planejamento Miriam Belchior. Esta é a mesma proposta aprovada por unanimidade em encontro nacional da Saúde promovido pela Condsef nos dias 26 e 27 de novembro deste ano. Também foi acertado que um grupo de trabalho (GT) específico será criado para debater a estrutura remuneratória da categoria.

SPU, Imprensa Nacional, Dnit e AGU

Alegando necessidade de aprimorar diálogos internos com representantes do governo, o Ministério do Planejamento informou a Condsef que as reuniões agendadas e confirmadas até o dia 14 de dezembro estão canceladas. Foram remar cadas para o dia 25 de janeiro reuniões para tratar demandas dos servidores do SPU, Imprensa Nacional, Dnit e AGU. A oficina sobre insalubridade que aconteceria ainda este mês também foi transferida para 19 de janeiro. Outras três oficinas acontecerão em janeiro: uma sobre avaliação de desempenho, outra sobre diretrizes de carreira, GQ e RT e mais uma para debater racionalização de cargos. Dessa forma o governo empurra para 2012 avanços em todos os processos de negociação em curso com setores da base da Condsef. Mais um motivo para que todos reforcem a unidade e mobilização em seus locais de trabalho. A categoria deve estar pronta para pressionar o governo a atender suas principais reivindicações e demandas ainda pendentes.

Incra

Segundo o MPOG, as negociações envolvendo tabela remuneratória serão retomadas a partir de fevereiro do ano que vem. Foi este o co-

mentário da Secretaria de Relações do Trabalho ao responder a uma das pautas de reivindicações dos servidores do Incra, em reunião ocorrida no início de dezembro. Mas não são apenas itens envolvendo remuneração que terão que esperar 2012 para avançar. O Planejamento também informou aos servidores do Incra que vai aguardar o resultado da oficina que vai debater gratificação de qualificação e retificação de titulação para definir critérios que serão aplicados nas carreiras.

Área ambiental

A Condsef cobrou solução para seis itens contidos na lista de demandas, mas todos ainda seguem pendentes. Sobre situação funcional e assentamentos de greves para evitar prejuízos a servidores que participaram de paralisações do setor, o Planejamento informou que ainda não foi apontada solução. Com relação à transposição dos servidores do PGPE para o Pecma, segundo a Secretaria de Relações do Trabalho, ainda estão sendo solicitadas mais informações ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para dar andamento a demanda. Outro assunto que está sendo analisado pelo setor de normas de avaliação diz respeito à reivindicação dos servidores para suspender nota técnica que prevê redução de jornada de trabalho com redução salarial. Ainda entre os itens debatidos estão ainda o problema do cálculo feito para recebimento do valor da gratificação de desempenho dos aposentados da área ambiental, cuja solução apontada pelo governo é a possibilidade de encaminhar um projeto de lei que padronize as gratificações para aposentadorias, utilizando para isso a média dos valores recebidos pelo servidor nos últimos cinco anos na ativa. Já sobre uma gratificação especial para servidores que atuam em áreas de difícil acesso, a informação é de que ainda estão sendo promovidas discussões dentro do governo.

Tecnologia Militar

Em reunião no Ministério do Planejamento para tratar demandas dos servidores de Tecnologia Militar (PCCTM), a Condsef cobrou soluções para uma série de problemas que prejudicaram a categoria, entre eles a revisão de valores de tabela publicada no projeto de lei (PL) 2203/11. O próprio governo reconheceu o equívoco e concordou em rever valores dos 20% que foram da gratificação para o Vencimento Básico dos servidores. O Planejamento informou que esses valores vão ser atualizados. Sobre ajuste de critérios que darão acesso a gratificação de qualificação (GQ) deve haver uma reunião com o relator do PL uma vez que o que foi encaminhado ao projeto está diferente do que foi negociado com os servidores. Quando perguntado sobre a publicação de decreto que regulamenta a GQ do setor, o governo mais uma vez saiu pela tangente e não apresentou resposta concreta.

Aposentados e Pensionistas

Em reunião no início de dezembro, aposentados e pensionistas da base da Condsef discutiram, em encontro

nacional, a importância de se integrar e reforçar a luta dos servidores ativos por melhores condições de trabalho em 2012, com destaque na defesa pela paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Entre as deliberações está ainda busca de apoio parlamentar para assegurar aprovação de projetos como a PEC 270, que prevê integralidade para aposentadorias por invalidez, e a PEC 555, que propõe a retirada da obrigatoriedade do recolhimento da Previdência para os aposentados. Além disso, será fortalecida a pressão contra aprovação do PL 1992/07 que prevê instituição de uma previdência complementar no setor público.

Reajuste no auxílio-alimentação

Na segunda quinzena de dezembro, servidores solicitaram à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reajuste no valor do auxílio-alimentação dos servidores do Executivo. A solicitação tem base na Lei 8.460/92 e no Decreto 3.887/01, que regulamentam as questões ligadas ao pagamento deste benefício, bem como levam em conta o princípio constitucional da isonomia entre os Poderes. Hoje, o valor mensal pago aos servidores do Executivo é de R\$ 304, enquanto que os do Judiciário recebem atualmente cerca de R\$ 710 mensais.

Exercícios Anteriores

Sintsep-GO informa que servidores da Funasa recebem, neste salário de dezembro, os Exercícios Anteriores referentes a 2002. Sindicato e Condsef lutam para que Ministério da Saúde faça o mesmo por seus servidores no vencimento de janeiro de 2012.

Mobilização já!

O projeto de lei (PL) 2203/10, que traz mudanças a algumas categorias (Ciência e Tecnologia; Inmetro; Tecnologia Militar; Cultura; PGPE, PST e correlatas) a partir de julho de 2012, está na mira do governo. Algumas aberrações, como alterações no adicional de insalubridade, foram enviadas ao Congresso Nacional sem sequer serem discutidas com os trabalhadores. Em busca de corrigir injustiças contidas no PL uma série de emendas foram apresentadas ao projeto. Para sua base a Condsef defende 26 emendas apresentadas. Ao todo o PL recebeu 182 emendas. A ordem do governo é barrar toda e qualquer mudança no PL 2203/10 e futuros reajustes aos servidores. Para garantir que acordos e protocolos sejam cumpridos, emendas fundamentais sejam mantidas, votadas e aprovadas por parlamentares, 2012 deve começar com uma ampla ação e trabalho de pressão dentro do Congresso. Para ver suas demandas atendidas, os servidores do Executivo precisam estar cientes de que o cenário para 2012 é dos mais desfavoráveis e demanda mobilização irrestrita da categoria.

Sintsep-GO realiza seu 9º Congresso e intensifica mobilização para 2012

Atividade ratifica calendário e plano de lutas da categoria para 2012. Indicativo de greve é o mote, caso governo não negocie e cumpra o que foi acordado em 2011.



Plenária final do 9º Congresso do Sintsep-GO, encerrado pelo secretário-geral da entidade, Vicente Ribeiro

Entre os dias 9 e 11 de dezembro último, o Sintsep-GO realizou, no Dolphin Hotel de Caldas Novas (GO) seu 9º Congresso. O evento promoveu, entre outros pontos, uma intensa análise de conjuntura seguida por debate no sábado (10); trabalho de grupo para aprovação da tese sindical que orienta o pensamento e as ações da entidade para 2012 e plenária deliberativa, que ratificou o plano de lutas apresentado pela Condsef no 10º Concondsef, aprovou a tese e, ainda, ações administrativas do sindicato de interesse de seus filiados. Entre elas, a aquisição de um veículo mais robusto para a entidade – além dos dois que o sindicato já possui – e a viabilização de convênio com algum

clube ou estância turística (em Caldas Novas) para desporto e lazer de seus filiados. Uma terceira proposta, de aquisição de um terreno próximo ao lago de Serra da Mesa foi acatada pela direção como sugestão, cujo custo/benefício será estudado pela direção, em parceria com o Conselho Fiscal da entidade.

Logo após o momento de análise de conjuntura, do qual participaram Mauro Rubem (deputado estadual PT-GO); Davi Maciel (professor doutor em História da UFG/GO); Gilberto Jorge (dirigente do Sintsep-GO e da Condsef) e Max Leno (economista do Dieese – subseção Condsef), houve intensa participação dos delegados no debate. A questão central da discussão girou em torno do tema “crise mundial”, que foi bastante abordado na tese apresentada pela direção do Sintsep-GO.

Para os servidores, de um modo geral, o governo tem utilizado a crise como desculpa para arrochar o

salário e dificultar as negociações com os trabalhadores, além de concentrar riqueza e renda nas mãos da iniciativa privada. Para o professor Davi Maciel, o governo Dilma Roussef tem acentuado as reformas de cunho neoliberal, resultando em perdas tanto de direitos quanto econômicas, para trabalhadores públicos e privados. Na opinião do deputado Mauro Rubem, o governo Dilma é um espaço de poder que está em disputa, que deve ser ganho pelos movimentos sociais, por meio de pressão. Já Max Leno abordou a crise numa perspectiva mais econômica. Segundo ele, o Brasil não está imune as oscilações do capital internacional, por estar inserido neste contexto “como todos os países do mundo estão”, afirmou.

Nas votações da plenária final, a tese apresentada pela direção do Sintsep-GO foi acolhida quase por unanimidade, sendo acrescida de alguns adendos que apenas reforçaram a opinião de que a crise não pode ser a desculpa do governo para o entrave negocial, tendo em vista que o Brasil tem ostentado números de crescimento que impressionam, sendo inclusive um dos líderes do bloco dos

países emergentes “Bric’s” (Brasil, Rússia, Índia e China). “O governo tem que distribuir renda, aquecer o mercado interno para que haja crescimento real da economia, e não apenas concentrá-la nas mãos dos empresários, por meio de redução de impostos e estímulo ao crédito. De que adianta crédito se no final do mês o trabalhador não tem salário para pagá-lo?”, questionou o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues.

Ao fim do Congresso, além de ratificar o plano de lutas e o calendário apresentado pela Condsef, o Sintsep-GO reforçou também o chamamento para greve geral em abril de 2012, caso o governo não cumpra o que foi acordado no final de 2011, quando o Executivo se comprometeu a realizar um amplo acordo com a categoria, no sentido de construir uma tabela única, com uma negociação que realmente represente um diferencial na estrutura remuneratória dos servidores do SPF, em todos os níveis (auxiliar, intermediário e superior). A prestação de contas da entidade do ano de 2011 também foi aprovada, por unanimidade, sem nenhuma ressalva por parte dos delegados de base.

14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Sintsep-GO repudia manipulação do governo na aprovação do documento final



14ª Conferência Nacional de Saúde

O Sintsep-GO integrou a caravana de 82 delegados e delegadas goianas que participaram da 14ª Conferência Nacional de Saúde (foto), entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro deste ano, em Brasília (DF). Os mais de quatro mil delegados/as que participaram do evento

exigiram das esferas municipais, estaduais e nacional de governo o fim da terceirização da gestão da saúde pública, nas mais de 300 propostas voltadas para a política pública de Saúde aprovadas no evento.

Segundo o presidente da entidade, Ademar Rodrigues, a 14ª conferência – cujo tema foi “Todos usam o SUS: SUS na Seguridade Social!

Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro” – oportunizou discussões bastante relevantes para o presente e o futuro do Sistema Único de Saúde brasileiro. “Tivemos boas discussões durante a conferência, reafirmamos o caráter público e universal do SUS e o fortalecimento do controle social

neste processo, apesar da manipulação do governo no encerramento do evento, durante a Plenária Final, na qual ocorreu a votação de diretrizes e propostas e a elaboração da Carta da 14ª Conferência”, afirmou.

De acordo com Ademar, embora o documento final da 14ª Conferência contenha elementos que – em sua maioria – representam um forte “grito em defesa do SUS”, com posições bastante demarcadas, há pequenas inserções feitas pelo ministro Alexandre Padilha, contraditórias à essência do documento. “No 14º parágrafo, referente à gestão do SUS, é bem sutil a referência ‘a qualquer prestador de serviços ou parceiros’ e, mais ainda, a afirmação de que ‘precisamos contribuir para a construção do marco legal para as relações do Estado com o terceiro setor’”, afirma o presidente do Sintsep-GO. “Contradi-

toriamente ao que exige o movimento, queremos um SUS que prime pela universalidade, cujas atribuições pertençam ao Estado, e não a parceiros, prestadores de serviço, terceiro setor ou ppp’s. Embora o governo aparentemente avance no documento, ele deixa verdadeiras ‘armadilhas’ implícitas que, futuramente, podem descaracterizar o Sistema Único de Saúde”, complementa.

Também de acordo com a opinião do presidente, a Carta deveria ter se colocado frontalmente contra o decreto presidencial 7.508/11, que regulamentou a lei orgânica da saúde 8080/90. “Ele representa uma afronta, especialmente ao Controle Social, na medida que em artigos como o 15º, por exemplo, suaviza o papel deliberativo dos conselhos de Saúde na elaboração e desenvolvimento das políticas públicas do setor”, afirmou.

INTOXICADOS

Audiência Pública no Senado discute medidas de reparação

Companheiros do Sintsep-GO participaram em Brasília, no dia 25 de outubro, da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado (foto), que retratou a luta dos trabalhadores intoxicados da extinta Sucam – muitos deles hoje pertencentes aos quadros do Ministério da Saúde e Funasa. Além dos companheiros de Goiás, participaram servidores dos estados do Acre, Rondônia, Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Alagoas, além do Distrito Federal.

A atividade, requerida pelo Senador Sérgio Petecão (PMN/AC) e presidida pelo Senador Paulo Paim (PT/RS), teve na mesa dos trabalhos integrantes da Funasa e do MS, além de Sérgio Ronaldo, representando a

Condsef, e Aldo Moura, representando os servidores da Funasa do Acre. Além dos Senadores que compõe a Comissão de Direitos Humanos, também se fizeram presentes à audiência pública o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) e os Deputados Federais Mauro Nazif (PSB-RO) e Carlos Magno (PP-RO).

“Esta audiência aglutina um trabalho que tem sido promovido em nível nacional pela Condsef, junto com os vários sindicatos e, em Goiás, pelo

Sintsep-GO, que realizou em 2010 e 2011 cinco seminários para discutir a



questão dos intoxicados em cidades do interior e na capital do Estado. Elaboramos, inclusive, um vídeo documentando todo este trabalho”, informou o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues, que defendeu em sua fala, durante a audiência, a nacionalização da luta dos intoxicados e a adoção de medidas imediatas de reparação e tratamento, que incluem indenização imediata para os

doentes e as famílias, custeio total do tratamento e aposentadoria especial.

Após ampla discussão sobre a situação dos servidores intoxicados, ficou decidido a formação de uma comissão mista composta por Senadores, Deputados Federais, representantes da Funasa, MS e MPAS, além de representantes da Condsef, visando encaminhar um conjunto de propostas elaboradas pelo encontro do setorial de saúde da Condsef (realizado nos dias 26 e 27 de outubro), cujo eixo concentra três propostas básicas: indenização por danos morais a todos os servidores que laboraram com DDT e demais organoclorados e organofosforados; tratamento de todos os que estão doentes e a busca de uma aposentadoria especial para eles.



“Tabela única é a grande pauta para 2012”

1) Gilberto, como você avalia o ano de 2011, do ponto de vista da luta dos servidores públicos federais?

GJ – O ano de 2011 forçou os sindicatos, as entidades nacionais, a realizarem mobilizações – em nível nacional – concentrando suas atividades em Brasília. Foram atividades de massa – nós realizamos quatro grandes marchas – com o objetivo de abrir um processo de negociação com o governo. É importante lembrar que em toda a mídia, a palavra dos representantes do Executivo, e da própria presidente, era - e ainda é - contenção de gastos... e isso, voltado principalmente para quem? Para nós, servidores, é claro. Foi uma negociação

difícil, na qual a parte financeira – reestruturação de tabelas, progressão de servidores nas carreiras, reorganização de cargos – pontualmente avançou em órgãos como DNPM, DNIT, etc. Esses avanços, no entanto, é impor-

há mais de 2 anos, e ainda não tinha sido colocado em prática.

2) De um modo geral, houve avanço ou estagnação?

GJ – Olha, se formos analisar pelo nível de mobilização que nós alcançamos houve avanço. Os setores não foram totalmente prejudicados, mas a estagnação – em relação ao nível de mobilização que nós atingimos – ocorreu. Alguns setores não tiveram nenhuma proposta com a qual o governo concordou. O balanço que temos que fazer é que nós caminha-

grande pauta de negociação para 2012. Este ano (2011), na verdade, o governo ganhou a batalha, nos colocando numa saia justa e dividindo o movimento. Hoje, no serviço público federal, ficou tudo tão segmentado que você não faz uma greve apenas por reajuste salarial; nós temos que partir para acabar com os projetos de lei que prejudicam o serviço e os servidores públicos como o 1992 (previdência complementar), o 248 (demissão por insuficiência de desempenho), o 549 (congelamento dos gastos com o setor público por 10 anos), enfim, são projetos que atingem diretamente direitos que temos conquistado há vários anos.

4) E a situação dos aposentados no ano que passou?

GJ - Para os aposentados foi pior ainda. O governo não queria conceder nada para eles. Nós, da Condsef, conseguimos dividir a migalha, essa que é a verdade. Agora, no conteúdo do acordo com o governo, nós conseguimos que ele reconhecesse que para os níveis intermediário e auxiliar – tanto para ativos quanto para os aposentados – é preciso que se tenha avanços em 2012, para que possamos melhorar a remuneração dos trabalhadores.

Os servidores públicos federais acompanharam com apreensão o ano de 2011. O governo, em tom de preocupação, joga para cima dos trabalhadores o lado “negativo da crise”, com arrocho salarial e ameaças ao movimento sindical. Para o grande empresariado e banqueiros, no entanto, fica o “lado positivo”, constituído nas isenções de impostos e em diversos outros incentivos, concedidos apenas àqueles que – na maioria das vezes – deles não precisariam. Principal pauta de discussão do 9º Congresso do Sintsep-GO, realizado em dezembro de 2011, em Caldas Novas (GO), os servidores de Goiás decidiram que não vão aceitar o “lado amargo” da chamada crise, enquanto outra parcela da sociedade cresce, se desenvolve e aumenta seus lucros de forma exorbitante. Nesta perspectiva, o diretor do Sintsep-GO e da Condsef, Gilberto Jorge Cordeiro (foto), faz um balanço do ano que passou, elencando para 2012 a grande prioridade do movimento, que é estruturar uma tabela única para todo o Executivo.

tante ressaltar foram pontuais. A categoria, de forma geral, não alcançou avanços significativos. Na verdade, o que nós conseguimos alcançar foi o reconhecimento de algumas coisas que o governo já deveria ter feito

mos no sentido de negociar com o governo uma tabela única para o Executivo.

3) Esse é o mote para 2012?

GJ - Exatamente, tabela única é a

FORMAÇÃO

Centro de Formação promete intensificar atividades em 2012

Centro de Formação Sindical Márcia Jorge



Formação Sindical do Sintsep-GO, Márcia Jorge, espera intensificar as atividades promovidas pela entidade – em parceria com outras instituições e com os movimentos sociais – no Centro de Formação (foto). “Ao longo de 2011, tivemos a oportunidade de realizar diversas atividades nas áreas de formação política

e sindical; saúde; desporto e lazer; além de formação técnica, como é o caso do programa de inclusão digital desenvolvido pelo Sintsep-GO. Para 2012, queremos enriquecer mais nosso calendário de atividades ampliando ações nas áreas de saúde (musicoterapia, canto coral, palestras educativas, biodança); da formação política, levando as atividades para as regionais do interior e na inclusão digital, aumentando a quantidade de turmas disponíveis”, informa Márcia.

No entanto, para que o sin-

dicato aumente a quantidade de atividades, é imprescindível a participação dos filiados, especialmente dos aposentados e pensionistas, que costumam ser o foco das atividades.

Planejamento Estratégico

Segundo a diretora, o incremento de atividades no Centro de Formação Sindical será discutido no início de janeiro de 2012, quando o Sintsep-GO realiza seu planejamento estratégico para todas as áreas de atuação do sindicato.

Com uma avaliação bastante positiva das atividades realizadas em 2011, a secretária de

Formação Sindical do Sintsep-GO, Márcia Jorge, espera intensificar as atividades promovidas pela entidade – em parceria com outras instituições e com os movimentos sociais – no Centro de Formação (foto). “Ao longo de 2011, tivemos a oportunidade de realizar diversas atividades nas áreas de formação política

JURÍDICO

Mais de 400 companheiros beneficiados com ganho de ações no Sintsep-GO

A secretária de Assuntos Jurídicos do Sintsep-GO, dirigida pelo companheiro Marcos Aurélio (foto) – que, por sua vez, é auxiliado por todos os funcionários daquele departamento – comemora neste final de ano números expressivos que retratam a agilidade e a eficiência da Assessoria Jurídica da entidade. “Só em 2011, até novembro, 425 companheiros e companheiras tiveram, graças ao sindicato, ganhos na Justiça, em ações relativas

à GDPGTAS, GDASST, GDATA, IND. de CAMPO I e aos 28,86% dos seguintes órgãos: Funai, MPOG e Ministérios da Aeronáutica, dos Transportes, da Agricultura, das Comunicações, da Fazenda, da Previdência Social, bem como Funasa e FNDE. É importante lembrar que em 2010, o total de companheiros beneficiados foi de 171, ou seja, mais que dobramos neste ano a quantidade de vitórias judiciais”, informa Marcos.

Para 2012, a perspectiva é

que esses resultados aumentem, tendo em vista a quantidade de novos processos que estão sendo movimentados pelo Sintsep-GO. “Infelizmente, o ritmo da Justiça não é nosso ritmo, ainda mais contra o governo, que tem inúmeras vantagens judiciais frente à nós, cidadãos comuns. No entanto, é preciso pontuar que trabalhamos, diuturnamente, para oferecer ao filiado todo o suporte jurídico necessário que uma entidade pode oferecer”, destaca.

